

Bancos PAN, Master e outras nove instituições sob suspeita

Investigações apontam que 76% dos consignados analisados têm indícios de fraude no Mato Grosso

Por Martha Imenes

Uma investigação conjunta do governo de Mato Grosso, Ministério Público e Polícia Federal revelou um esquema de fraude milionária envolvendo contratos de crédito consignado de servidores públicos estaduais. O caso, que atinge dezenas de milhares de funcionários, expõe irregularidades em operações realizadas por diversas instituições financeiras, incluindo o Banco PAN, citado em denúncias e condenações judiciais. Segundo dados oficiais, 76% dos empréstimos analisados apresentaram indícios de fraude.

De acordo com os levantamentos, mais de 60 mil contratos apresentaram inconsistências, resultando em dívidas que somam cerca de R\$ 12 bilhões. As fraudes identificadas incluem a transformação de empréstimos em cartões

de crédito consignado, modalidade que cobra juros mais elevados, além de casos de contratos sem assinatura e inserção de dados falsos.

Vazamento de dados

O Banco PAN aparece em relatos de empréstimos fraudulentos e vazamento de dados, com decisões judiciais determinando a devolução em dobro dos valores cobrados indevidamente. No contexto específico das apurações em Mato Grosso, entre 2025 e 2026, o Banco Master e outras 9 a 11 instituições financeiras também estão sob investigação por práticas irregulares no consignado.

Diante das denúncias apresentadas por sindicatos e das evidências coletadas, o governo de Mato Grosso suspendeu os descontos em folha de pagamento de empresas e bancos envolvidos em maio de 2025 – o caso foi denun-



Banco PAN teria fraudado empréstimos consignados em Mato Grosso, segundo investigações

ciado pelo Correio da Manhã na época – e novamente em janeiro de 2026.

Em paralelo às investigações, o Banco PAN passou por mudanças estruturais. Em janeiro de 2026, foi concluída sua incorporação pelo BTG Pactual, e a instituição deixou de ser negociada na B3, conforme comunicado de fato relevante.

Orientações

As autoridades e entidades sindicais recomendam que os servidores estaduais:

- Verifiquem mensalmente a folha de pagamento, conferindo os descontos de consignados.
- Denunciem irregularidades em delegacias especializadas (Decon), ao Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) ou ao sindicato da categoria.
- Contestem cobranças indevidas junto à Central de Atendimento do Banco PAN ou por meio da plataforma Consumidor.gov.br.

No centro da maior fraude bancária do país

O Banco Master está no centro de uma das maiores fraudes já registradas no crédito consignado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com mais de 250 mil contratos sob suspeita e prejuízos bilionários. O banco foi liquidado pelo Banco Central em novembro de 2025 e enfrenta investigações que apontam ausência de consentimento válido em grande parte das operações.

Uma investigação conduzida pela autarquia, em parceria com o Ministério Público e a Polícia Federal, revelou falhas graves em contratos de crédito consignado firmados pelo Banco Master com aposentados e pensionistas. Nesta, quinta-feira (5), na abertura da CPMI do INSS, o presidente da autarquia, Gilberto Waller Junior, informou que foram encontrados

251 mil contratos irregulares, incluindo ausência de assinatura e consentimento válido.

Sem comprovação

Relatórios apontam que 74,3% das operações não tinham comprovação legal de autorização dos beneficiários.

A instituição, ligada ao empresário Daniel Vercaro, foi notificada diversas vezes pelo INSS para apresentar documentos que comprovassem a legalidade dos contratos, mas não atendeu às exigências.

Além disso, a CPMI do INSS convocou o banqueiro para prestar esclarecimentos sobre o caso, reforçando o caráter de fraude em larga escala que atingiu milhares de beneficiários.

Não há mais razão para manter escala 6x1 e jornada de 44h, diz Paulo Paim

A redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e o fim da escala 6x1, que concede um dia de descanso a cada seis trabalhados, parecem ter entrado de vez no radar legislativo no início de ano.

Na mensagem enviada ao Congresso Nacional, na última segunda-feira (2), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva colocou o tema entre as prioridades do governo para o semestre. No mesmo dia, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), prometeu que o debate avançaria na Casa.

O senador Paulo Paim (PT-RS), autor de uma das propostas mais antigas em tramitação e que está pronta para ser votada no plenário do Senado, aposta que a popularidade do assunto.

“Eu acho que o momento é muito propício. Nós temos a posi-

ção do presidente Lula, que é fundamental; ele se posicionou em 1º de maio e em outras falas que ele fez, de que chegou a hora de acabar com a escala 6x1. O próprio empresariado já está meio que assimilando, o setor hoteleiro, o comércio já se estão se enquadrando. Não tem mais volta, é só uma questão de tempo”, afirmou em entrevista à Agência Brasil.

Diversas propostas

Em dezembro do ano passado, na Câmara, a subcomissão especial que analisa uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) aprovou a redução gradual da jornada máxima de trabalho de 44 para 40 horas semanais, mas rejeitou o fim da escala.

Já no Senado, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) foi mais adiante e aprovou, também no início de dezembro de 2025, o



Paim é autor da proposta mais antiga em tramitação

fim da escala de seis dias de trabalho por um dia de descanso (6x1) e a redução da jornada de trabalho de 44 horas para 36 horas semanais, de forma gradual. E a PEC 148/2015, de autoria de Paim.

Ao todo, há sete proposições em tramitação no Congresso, quatro na Câmara e três no Senado. Há entre os autores de projetos similares expoentes de diferentes espectros ideológicos, como

os senadores Cleitinho (Republicanos-MG), Weverton Rocha (PDT-MA) e a deputada federal Érika Hilton (PSol-SP).

“A jornada máxima de 40 horas semanais vai beneficiar em torno de 22 milhões de trabalhadores. Se baixássemos para 36 horas, seriam 38 milhões de beneficiados. Há dados que mostram que as mulheres acumulam até 11 horas diárias de sobrejornada. Essa redução teria um impacto direto em favor das mulheres”, argumenta Paim.

O senador cita o número de 472 mil afastamentos em 2024 por transtornos mentais, segundo dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

“A redução da jornada melhora a saúde mental e física, a satisfação no trabalho, reduz a síndrome do esgotamento”.

Jefferson Rudy/Agência Senado